



Lei 8.112/90 – Regime Jurídico Único

Questões extraídas de concursos organizados pela CESPE

Sumário

1 Disposições Preliminares e Provimento	2
2 Direito e Vantagens	7
2.1 Vencimento, remuneração e vantagens	7
2.2 Férias	8
2.3 Licenças, afastamentos e concessões.....	9
3 Regime Disciplinar	10
3.1 Deveres e Proibições	10
3.2 Penalidades disciplinares	12
4 Processo Administrativo Disciplinar	14
Gabarito	17

1 Disposições Preliminares e Provimento

01. Analista Técnico-Administrativo (DPU) - 2016

Uma autarquia federal, desejando comprar um bem imóvel — não enquadrado nas hipóteses em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível — com valor de contratação estimado em R\$ 50.000,00, efetuou licitação na modalidade concorrência.

Considerando a situação descrita, julgue o item a seguir, acerca da organização administrativa da União, das licitações e contratos administrativos e do disposto na Lei n.º 8.112/1990.

Servidor público efetivo da referida autarquia federal que, no curso do processo licitatório, recusasse fé a documento público regularmente apresentado por um dos licitantes não estaria sujeito a sanção administrativa prevista na Lei n.º 8.112/1990, uma vez que servidores de autarquias submetem-se a regime jurídico próprio.

() Certo () Errado

02. Técnico do Banco Central do Brasil - 2013

Julgue o seguinte item, acerca do servidor público.

Servidor é toda pessoa legalmente investida em cargo público.

() Certo () Errado

03. Analista Técnico-Administrativo (DPU) - 2016

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Giorgio, de quarenta anos de idade, é cidadão italiano e não tem nacionalidade brasileira. Foi aprovado, dentro do número de vagas, em concurso público para prover cargo do professor de ensino superior de determinada universidade federal, tem o nível de escolaridade exigido para o cargo e aptidão física e mental. **Assertiva:** Nessa situação, por não ter a nacionalidade brasileira, Giorgio não poderá tomar posse no referido cargo.

() Certo () Errado

04. Analista Judiciário (CNJ) - 2013

Com relação a agentes públicos, atos administrativos e atos de improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

Suponha que um empregado público de uma empresa pública federal seja nomeado, após aprovação em concurso, para o cargo de analista do CNJ. Nessa situação hipotética, o provimento no novo cargo será derivado, devido ao vínculo anterior que o empregado mantinha com a administração pública.

() Certo () Errado

05. Técnico do Banco Central do Brasil - 2013

Julgue o seguinte item, acerca do servidor público.

A investidura em cargo público ocorre no ato da posse do indivíduo.

() Certo () Errado

06. Técnico do Banco Central do Brasil - 2013

Julgue o seguinte item, acerca do servidor público.

Se uma pessoa que foi nomeada para determinado cargo tomar posse desse cargo, mas não entrar em exercício dentro do prazo legal, ela deverá ser exonerada de ofício.

() Certo () Errado

07. Técnico do Ministério Público da União - 2013

Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item subsequente.

A posse do servidor público nomeado, que pode ocorrer mediante procuração específica, deve acontecer no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, sendo, ainda, conferidos ao servidor mais trinta dias para entrar em exercício no cargo.

() Certo () Errado

08. Analista Técnico-Administrativo (DPU) – 2016

Em relação aos serviços públicos e ao disposto na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item seguinte.

A investidura em cargo público em comissão ocorre com a nomeação e independe de prévia habilitação em concurso público.

() Certo () Errado

09. Analista Judiciário (TRT 17ª Região) – 2013

Considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Federais, julgue o item.

Considere que, em janeiro de 2012, João tenha completado dezessete anos de idade e começado a cursar Direito, sua primeira graduação. Considere, ainda, que, no fim do mesmo ano, ele tenha sido aprovado em concurso público para um cargo de nível superior. Nessa situação, João estava habilitado para tomar posse no referido cargo em fevereiro de 2013.

() Certo () Errado

10. Analista Técnico-Administrativo (DPU) – 2016

Ainda com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

O servidor que for nomeado para cargo de provimento efetivo será submetido, após entrar em exercício, a estágio probatório de três anos, no qual será avaliado com base na assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

() Certo () Errado

11. Agente Administrativo (SUFRAMA) – 2014

Considerando que, no interesse da administração, um servidor efetivo da SUFRAMA tenha sido removido de ofício para outra localidade, julgue o item a seguir, considerando que CF corresponde à Constituição Federal de 1988.

Ao servidor removido deverá ser concedido o prazo de, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias para entrar em exercício na outra localidade para onde foi removido.

() Certo () Errado

12. Analista Judiciário (TRE GO) - 2015

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, no próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Ana, que está em licença por afastamento de seu marido, e Júlio, que está de férias, são servidores do TRE/GO e foram nomeados para ocupar cargos na administração pública federal. Nessa situação, as posses dos dois servidores em seus novos cargos devem ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação dos respectivos atos de provimento nos cargos.

() Certo () Errado

13. Analista Judiciário (CNJ) - 2013

Com relação a agentes públicos, atos administrativos e atos de improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

Suponha que um empregado público de uma empresa pública federal seja nomeado, após aprovação em concurso, para o cargo de analista do CNJ. Nessa situação hipotética, o provimento no novo cargo será derivado, devido ao vínculo anterior que o empregado mantinha com a administração pública.

() Certo () Errado

14. Analista Administrativo (ANP) – 2013

Tendo em vista aspectos de legislação, tais como a Lei n.º 9.784/1999 e a Lei n.º 8.112/1990, julgue o item subsequente.

A transferência e a ascensão são exemplos de mecanismos ágeis e seguros de provimento em cargo público da administração federal.

() Certo () Errado

15. Técnico Judiciário (TRT 10ª Região) - 2013

Em relação aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A promoção constitui ato de investidura derivada, enquanto a nomeação consiste em ato de investidura originária.

() Certo () Errado

16. Policial Rodoviário Federal - 2013

No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue o próximo item.

Anulado o ato de demissão, o servidor estável será reintegrado ao cargo por ele ocupado anteriormente, exceto se o cargo estiver ocupado, hipótese em que ficará em disponibilidade até aproveitamento posterior em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis.

() Certo () Errado

17. Técnico Judiciário (STF) - 2013

A respeito do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item que se segue.

Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, deverá ele ser reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se for estável, deverá ser reconduzido ao cargo de origem, sem

direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

() Certo () Errado

18. Analista Administrativo (ICMBio) – 2014

Julgue o item que se segue, com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990 e da Lei n.º 9.784/1999.

Considere que Pedro, técnico judiciário de um tribunal de justiça, tenha tomado posse no cargo de analista do ICMBio em 2011 e se aposentado voluntariamente, aos sessenta anos de idade, em 2012. Nessa situação hipotética, se Pedro requerer sua reversão ao instituto em 2014, ainda que haja cargo vago e interesse da administração, sua solicitação deverá ser indeferida.

() Certo () Errado

19. Técnico Administrativo (ANTT) – 2013

A respeito de licitação, controle e responsabilização da administração, Lei n.º 8.112/1990 e Lei n.º 8.666/1993, julgue o seguinte item.

A readaptação e a recondução são modalidades de deslocamento funcional que prescindem de justificativa ou motivação do administrador.

() Certo () Errado

20. Especialista em Regulação de Serviços de Transporte Aquaviário – 2014

Com relação aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

Reintegração é o retorno do servidor aposentado à atividade, no mesmo cargo em que tenha sido aposentado ou em cargo equivalente.

() Certo () Errado

21. Técnico Judiciário (TRE GO) - 2015

A respeito da Lei n.º 8.112/1990, o item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em razão de uma reforma administrativa realizada no âmbito do Poder Judiciário, os cargos ocupados por alguns servidores estáveis de determinado TRE foram extintos, e esses servidores foram colocados em disponibilidade. Nessa situação, o retorno dos servidores à atividade pública poderá dar-se por recondução, caso em que eles passarão a ocupar cargos de atribuições e vencimentos compatíveis com os anteriormente ocupados.

() Certo () Errado

22. Assistente em Administração (FUB) - 2015

Com referência às disposições do regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei n.º 8.112/1990), julgue o item que se segue.

Considere que determinado servidor público tenha sido investido em novo cargo, compatível com as suas limitações decorrentes de acidente de trânsito. Nessa situação, é correto afirmar que o referido servidor está em provimento originário.

() Certo () Errado

23. Técnico (FUB) - 2015

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade de Brasília (UnB), julgue o item a seguir.

Se um cidadão, regularmente aprovado em concurso público para ocupar determinado cargo público, na inspeção médica oficial obrigatória prévia à posse, for considerado inapto para o exercício desse cargo, então, atendidos os requisitos legais, esse cidadão deverá ser readaptado em cargo diverso.

Certo Errado

24. Técnico em Assuntos Educacionais (DPU) – 2016

Em relação ao regime jurídico dos cargos, empregos e funções públicas e às disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item que se segue.

Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, advinda após sua posse em cargo público.

Certo Errado

25. Agente Administrativo (SUFRAMA) – 2014

Considerando que, no interesse da administração, um servidor efetivo da SUFRAMA tenha sido removido de ofício para outra localidade, julgue o item a seguir, considerando que CF corresponde à Constituição Federal de 1988.

Com a remoção, o cargo que o servidor ocupava anteriormente será considerado vago.

Certo Errado

26. Técnico Administrativo (ANS) – 2013

Com relação aos atos administrativos, julgue o item que se segue.

A remoção de ofício de um servidor como meio de punição caracteriza desvio de finalidade do ato administrativo.

Certo Errado

27. Analista Legislativo (CAM DEP) – 2014

A respeito do regime jurídico estatutário dos servidores públicos, julgue o item a seguir, de acordo com o entendimento dos tribunais superiores.

O servidor público federal tem direito de ser removido a pedido, independentemente do interesse da administração, para acompanhar cônjuge que, sendo empregado de empresa pública federal, tenha sido deslocado para outra localidade no interesse da administração.

Certo Errado

28. Analista Judiciário (TRE GO) – 2015

Pedro, servidor de um órgão da administração pública, foi informado por seu chefe da possibilidade de ser removido por ato de ofício para outra cidade, onde ele passaria a exercer suas funções.

Caso Pedro seja removido por motivação fundamentada em situação de fato, a validade do ato que determine a remoção fica condicionada à veracidade dessa situação por força da teoria dos motivos determinantes.

() Certo () Errado

2 Direito e Vantagens

2.1 Vencimento, remuneração e vantagens

29. Técnico Judiciário (CNJ) - 2013

A respeito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União e aos poderes administrativos, julgue o item consecutivo.

Além do vencimento, o servidor público pode receber vantagens, como indenizações, gratificações e adicionais, sendo que as duas primeiras vantagens citadas incorporam-se ao vencimento ou provento.

() Certo () Errado

30. Assistente Técnico-Administrativo (MIN) - 2013

Com relação a agentes administrativos, julgue o próximo item.

Os vencimentos dos servidores públicos podem ser objeto de arresto, sequestro e penhora para pagamento de dívidas comerciais.

() Certo () Errado

31. Administrador (FUB) - 2015

De acordo com a Lei Federal n.º 8.112/1990, vencimento e remuneração consistem na retribuição pecuniária pelo exercício do cargo.

() Certo () Errado

32. Agente Administrativo (DPU) - 2016

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.

Além do vencimento, poderão ser pagos ao servidor indenizações, gratificações e adicionais, vantagens que serão incorporadas ao seu vencimento.

() Certo () Errado

33. Agente Administrativo (SUFRAMA) – 2014

Considerando que, no interesse da administração, um servidor efetivo da SUFRAMA tenha sido removido de ofício para outra localidade, julgue o item a seguir, considerando que CF corresponde à Constituição Federal de 1988.

Cabem à administração as despesas de transporte do servidor e de sua família para a nova localidade de exercício, incluídos os gastos com passagem, bagagem e bens pessoais.

() Certo () Errado

34. Técnico Judiciário (TRE GO) - 2015

A respeito da Lei n.º 8.112/1990, o item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Paulo, técnico judiciário em exercício na capital do estado de jurisdição de um TRE, pediu sua remoção para outra cidade, na mesma jurisdição desse tribunal. Nessa situação, se for removido, Paulo não terá direito a ajuda de custo.

Certo Errado

35. Analista Técnico-Administrativo (MJ) - 2013

Acerca dos agentes públicos, julgue o item que se segue.

Se um servidor público federal tiver realizado despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos por força das atribuições próprias do cargo, ele terá direito ao recebimento de indenização de transporte, que se incorporará ao seu vencimento.

Certo Errado

36. Analista Judiciário (TRT 10ª Região) - 2013

Julgue o item seguinte, a respeito da Lei n.º 8.112/1990.

O servidor público civil que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade acumulará ambos os acréscimos sobre seu vencimento.

Certo Errado

37. Analista Legislativo (CAM DEP) – 2014

Julgue o item que se segue, relativo à remuneração dos agentes públicos, conforme entendimento do STJ.

Ao servidor público federal que prestar serviço entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas da manhã do dia seguinte, ainda que em regime de plantão, será devido o pagamento de adicional noturno.

Certo Errado

2.2 Férias

38 - Analista Judiciário (TRT 10ª Região) – 2013

Julgue o item seguinte, a respeito da Lei n.º 8.112/1990.

Ao servidor é facultado abater de suas férias as faltas injustificadas, de modo a preservar a remuneração referente aos dias em que deixar de comparecer ao serviço.

Certo Errado

2.3 Licenças, afastamentos e concessões

39. Defensor Público do Distrito Federal - 2013

No que se refere aos agentes públicos, julgue o item subsequente.

Segundo entendimento do STJ, é cabível a concessão de licença a servidor público para acompanhamento de cônjuge na hipótese em que se tenha constatado o preenchimento dos requisitos legais para tanto, ainda que o cônjuge a ser acompanhado não seja servidor público e que o deslocamento não tenha sido atual.

() Certo () Errado

40. Escrivão de Polícia (PC DF) – 2013

No que concerne ao regime jurídico único dos servidores públicos federais e a ética no serviço público, julgue o próximo item.

É concedida licença ao servidor por motivo de doença em pessoa da família, desde que precedida de exame dessa pessoa por médico ou junta médica oficial.

() Certo () Errado

41. Agente de Polícia (PC DF) - 2013

Julgue o item subsecutivo, referentes ao regime jurídico dos funcionários policiais civis da União e do DF.

Se um indivíduo, admitido por concurso público na carreira de agente da PCDF, requerer, após um ano de efetivo exercício, licença para tratar de interesses particulares, o requerimento deverá ser indeferido de imediato, ainda que a concessão da licença não se mostre inconveniente ao interesse do serviço.

() Certo () Errado

42. Analista Administrativo (ICMBio) - 2014

Acerca do regime dos servidores públicos federais, julgue o item.

O servidor beneficiado por afastamento para realizar programa de mestrado ou de doutorado no país deverá permanecer no exercício de suas funções após seu retorno por período igual ao do afastamento concedido, ficando impedido de solicitar exoneração ou aposentadoria antes de cumprido o período de permanência no exercício de sua função.

() Certo () Errado

43. Técnico Administrativo (ICMBio) – 2014

No que concerne ao regime jurídico dos servidores públicos civis federais, julgue o seguinte item.

A licença para capacitação tem natureza discricionária, é remunerada e pode ser solicitada mesmo durante o período de estágio probatório.

() Certo () Errado

44. Analista Administrativo (ANTT) – 2013

Com relação ao regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item subsecutivo.

A licença para servidor público federal por motivo de doença de pessoa da família, devidamente comprovada por perícia médica oficial, poderá ser concedida a cada período de doze meses, por até noventa dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor.

() Certo () Errado

45. Analista Administrativo (ANS) – 2013

Acerca do direito administrativo relacionado à ANS, julgue o item a seguir.

Considere que a diretoria colegiada da ANS determine que a concessão de afastamento para a participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país só pode ser dada, simultaneamente, para, no máximo, cinco servidores. Nessa situação, a determinação da diretoria colegiada da ANS é compatível com a legislação.

() Certo () Errado

46. Analista Judiciário (TRE GO) – 2015

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, no próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Caio, analista judiciário do TRE/GO, está em gozo de licença para tratar de interesses particulares. Nessa situação, a referida licença pode ser interrompida, a qualquer tempo, se for de interesse do tribunal.

() Certo () Errado

47. Assistente em Administração (FUB) – 2015

Com referência às disposições do regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei n.º 8.112/1990), julgue o item que se segue.

Mesmo em estágio probatório, o servidor público tem direito a licença para tratar de interesses particulares, desde que sem remuneração.

() Certo () Errado

48. Técnico do Seguro Social – 2016

Julgue o item conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990.

Como medida que contribui para a melhoria da qualidade de vida do servidor público, é-lhe facultado optar pela acumulação de períodos de licença-capacitação, caso não seja possível usufruí-los após cada período aquisitivo.

() Certo () Errado

3 Regime Disciplinar

3.1 Deveres e Proibições

49. Técnico Judiciário (TJDFT) - 2015

De acordo com a lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, em especial o regime disciplinar, os deveres e as proibições, julgue o item subsequente.

A conduta de atender ao público com presteza, embora não esteja expressamente inserida no rol dos deveres do servidor, é uma imposição ética e moral a qualquer servidor público.

() Certo () Errado

50. Administrador (SUFRAMA) - 2014

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Considere a seguinte situação hipotética.

Um servidor da SUFRAMA, visando contribuir para a realização de maiores investimentos em Manaus, aceitou que empresa estrangeira patrocinasse viagem sua ao exterior, a fim de que, durante o passeio, ele expusesse para os diretores na sede da referida sociedade empresária os diferenciais competitivos e os benefícios de se investir na região amazônica.

Nessa situação hipotética, apesar de bem intencionada, a atitude do servidor configurou falta funcional, uma vez que é vedado o recebimento de vantagem em virtude das atribuições funcionais, incluído o pagamento de viagens.

() Certo () Errado

51. Analista Técnico-Administrativo (SUFRAMA) - 2014

Com relação às disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item que se segue.

Considere que, a pessoa sem qualquer relação com as funções do seu cargo, um servidor público tenha emprestado dinheiro a juros muito superiores aos praticados pelas instituições financeiras. Nesse caso, o servidor praticou a usura, conduta proibida na Lei n.º 8.112/1990.

() Certo () Errado

52. Agente Administrativo (SUFRAMA) - 2014

Com base nos dispositivos da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item que se segue.

Considere que determinado servidor participe, na qualidade de sócio cotista, de sociedade empresária cujo objeto social seja o comércio de bens e que desempenhe atividades administrativas nessa empresa. Nessa situação, não se pode atribuir falta funcional ao referido servidor, porque a vedação legal refere-se ao desempenho da gerência ou administração de sociedade privada.

() Certo () Errado

53. Técnico Legislativo (CAM DEP) - 2014

Julgue o seguinte item, referente ao regime jurídico dos servidores públicos federais.

Servidor técnico legislativo da Câmara dos Deputados em gozo de licença para tratar de interesses particulares poderá participar da gerência de sociedade privada, sendo-lhe vedado apenas o exercício de atos de comércio.

() Certo () Errado

54. Agente Penitenciário Federal - 2015

Com base no Decreto n.º 1.171/1994, na Lei n.º 8.112/1990 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

Qualquer servidor público está obrigado a manter conduta compatível com a moralidade administrativa e a cumprir as ordens superiores, à exceção das que sejam manifestamente ilegais.

Certo Errado

55. Analista Técnico-Administrativo (DPU) – 2016

Ainda com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

Servidor do Instituto Nacional do Seguro Social que agir como procurador de seu cônjuge na obtenção de benefício previdenciário violará proibição estabelecida no regime disciplinar dos servidores públicos federais.

Certo Errado

3.2 Penalidades disciplinares

56. Administrador (MPOG) - 2015

Tendo como referência as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994), da Lei n.º 8.112/1990 e alterações e da Lei n.º 8.429/1992, julgue o próximo item.

Ao servidor público que recusar fé a documentos públicos será aplicada a penalidade de advertência.

Certo Errado

57. Agente Administrativo (MDIC) - 2014

No que se refere aos agentes públicos e aos poderes administrativos, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, refere-se à Constituição Federal de 1988.

Considere que um servidor vinculado à administração unicamente por cargo em comissão cometa uma infração para a qual a Lei n.º 8.112/1990 preveja a sanção de suspensão. Nesse caso, se comprovadas a autoria e a materialidade da irregularidade, o servidor sofrerá a penalidade de destituição do cargo em comissão.

Certo Errado

58. Técnico Administrativo (ICMBio) – 2014

No que concerne ao regime jurídico dos servidores públicos civis federais, julgue o seguinte item.

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a demissão não é aplicável aos ocupantes de cargos em comissão.

Certo Errado

59. Agente Administrativo (CADE) - 2014

No que se refere aos agentes públicos, aos poderes administrativos e ao controle da administração pública, julgue o item subsequente.

Considere que, após regular processo administrativo contra servidor vinculado à administração pública unicamente por cargo em comissão, a autoridade julgadora tenha concluído que o servidor cometeu infração punível com a penalidade de suspensão. Nesse caso, a penalidade a ser aplicada será a exoneração de ofício do servidor faltoso.

Certo Errado

60. Analista Judiciário (TRE GO) - 2015

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, no próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Luana, analista judiciária do TRE/GO, tem procedido de forma desidiosa no exercício de suas atribuições. Nessa situação, Luana comete transgressão disciplinar e está sujeita à pena de demissão do serviço público.

Certo Errado

61. Contador (FUB) – 2015

Maria, servidora pública federal estável, integrante de comissão de licitação de determinado órgão público do Poder Executivo federal, recebeu diretamente, no exercício do cargo, vantagem econômica indevida para que favorecesse determinada empresa em um procedimento licitatório. Após o curso regular do processo administrativo disciplinar, confirmada a responsabilidade de Maria na prática delituosa, foi aplicada a pena de demissão.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base na legislação aplicável ao caso.

Caso Maria, notoriamente, possuisse boa conduta no ambiente de trabalho e não houvesse registros negativos em seus assentamentos funcionais, a administração poderia, com fundamento em tais atenuantes, ter optado pela imposição de a penalidade menos gravosa.

Certo Errado

62. Técnico Administrativo (ANTAQ) - 2014

Julgue o item a seguir, com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990.

Inassiduidade eventual configura motivo para demissão do servidor público.

Certo Errado

63. Analista do Ministério Público da União – 2015

No item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990.

Um servidor público federal inativo praticou, quando em atividade, conduta punível com a penalidade de demissão. Nessa situação, ao final do devido procedimento de apuração, se for confirmada a responsabilidade do servidor, deverá ser cassada a sua aposentadoria.

Certo Errado

64. Analista Judiciário (TJDFT) – 2015

Acerca das responsabilidades e penalidades do servidor público, julgue o item que se segue.

A aplicação da penalidade de demissão não poderá ser delegada pelo presidente da República a ministro de Estado, sob pena de ineficácia do ato.

() Certo () Errado

65. Técnico Administrativo (ANVISA) - 2016

José, servidor público estável de órgão do Poder Executivo federal, durante o período de doze meses, faltou intencionalmente ao serviço por cinquenta dias consecutivos, sem causa justificada. A administração pública, mediante procedimento disciplinar sumário, enquadrou a conduta de José como abandono de cargo.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

José somente poderia ser demitido por abandono de cargo caso tivesse se ausentado por mais de sessenta dias consecutivos.

() Certo () Errado

66. Auditor de Controle Externo (TCE-PA) - 2016

A respeito de reparação de danos, sindicância e processo administrativo, e controle interno da administração pública, julgue o item seguinte.

Uma das razões para que o servidor público sofra processo administrativo é o recebimento, em razão de suas atribuições, de propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie.

() Certo () Errado

4 Processo Administrativo Disciplinar

67. Agente Penitenciário Federal - 2015

Com base no Decreto n.º 1.171/1994, na Lei n.º 8.112/1990 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

Qualquer cidadão pode denunciar uma irregularidade cometida por servidor público, desde que a denúncia contenha identificação e endereço do denunciante e seja formulada por escrito.

() Certo () Errado

68. Analista Administrativo (ANTAQ) - 2014

Em relação aos atos administrativos, aos agentes públicos, aos poderes administrativos e à responsabilidade do Estado, julgue o item que se segue.

Caso um servidor público federal se ausente do serviço durante o expediente sem a prévia autorização do chefe imediato, a autoridade administrativa que tomar ciência da irregularidade estará obrigada a promover a apuração imediata dos fatos, mediante processo administrativo disciplinar.

() Certo () Errado

69. Analista Judiciário (TRE GO) - 2015

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, no próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

O TRE/GO recebeu denúncias sobre supostas irregularidades praticadas por José, um de seus analistas judiciários. Nessa situação, ainda que os atos atribuídos a José não configurem evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a autoridade responsável do tribunal deve determinar a instauração de processo administrativo disciplinar.

() Certo () Errado

70. Analista Administrativo (ANTAQ) - 2014

Julgue o item seguinte, com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990.

As sanções civis, penais e administrativas, por serem dependentes entre si, não poderão acumular-se.

() Certo () Errado

71. Primeiro-Tenente (CBM CE) - 2014

Julgue o item seguinte, relativo à responsabilidade penal e administrativa do servidor e ao instituto da redistribuição.

A absolvição de servidor público na esfera penal, em virtude da inexistência de prova suficiente para a sua condenação, implica que, no âmbito disciplinar administrativo, o servidor não poderá ser punido em virtude do mesmo fato.

() Certo () Errado

72. Analista Técnico-Administrativo (DPU) – 2016

Ainda com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

Com referência ao servidor público federal, a responsabilidade administrativa e a penal são independentes entre si, podendo cumular-se, salvo no caso de absolvição criminal que negue a ocorrência do fato ou a sua autoria.

() Certo () Errado

73. Analista Técnico-Administrativo (MDIC) – 2014

Com relação aos agentes públicos e aos poderes da administração pública, julgue o item subsequente.

Se determinado servidor público for preso em operação deflagrada pela Polícia Federal, devido a fraude em licitações, a ação penal, caso seja ajuizada, obstará a abertura ou o prosseguimento do processo administrativo disciplinar, visto que o servidor poderá ser demitido apenas após o trânsito em julgado da sentença criminal.

() Certo () Errado

74. Advogado da União - 2015

Julgue o item a seguir, referente a agente público.

Se, em uma operação da Polícia Federal, um agente público for preso em flagrante devido ao recebimento de propina, e se, em razão disso, houver ajuizamento de ação penal, um eventual processo administrativo disciplinar deverá ser sobrestado até o trânsito em julgado do processo criminal.

() Certo () Errado

75. Analista Administrativo (ANTAQ) - 2014

Julgue o item seguinte, com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990.

A ação disciplinar contra servidor público prescreve em dois anos, quanto à suspensão.

() Certo () Errado

76. Técnico Legislativo (CAM DEP) - 2014

Julgue o seguinte item, referente ao regime jurídico dos servidores públicos federais.

Considere que determinada autoridade tenha instaurado processo disciplinar para apurar denúncia que relata o cometimento de irregularidades por servidor lotado no setor sob sua responsabilidade. Nessa situação, como medida cautelar e a fim de evitar que o servidor denunciado influa na apuração, a autoridade poderá afastá-lo do exercício do cargo durante todo o curso do processo, sem prejuízo de sua remuneração.

() Certo () Errado

77. Analista Administrativo (ANATEL) - 2014

Um servidor, pregoeiro de determinado órgão público federal, utilizava-se da função para favorecer indevidamente um grupo de empresas nas licitações realizadas pelo órgão. Por meio de auditoria interna, descobriu-se o esquema fraudulento, e um processo administrativo disciplinar foi instaurado para a apuração dos fatos e eventual responsabilização do servidor.

Com base nessa situação hipotética, julgue o próximo item.

Em decorrência das garantias constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, o referido servidor não pode ser afastado do cargo antes de proferida decisão condenatória em processo administrativo disciplinar.

() Certo () Errado

78. Analista Técnico-Administrativo (DPU) - 2016

Ainda com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

A inassiduidade habitual será apurada mediante procedimento sumário, cabendo, nesse caso, a penalidade de remoção ou de advertência.

() Certo () Errado

79. Agente Penitenciário Federal - 2015

Com base no Decreto n.º 1.171/1994, na Lei n.º 8.112/1990 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item.

O prazo para a conclusão de um processo disciplinar é de cento e vinte dias, contados a partir da constituição da comissão julgadora, admitida a prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

() Certo () Errado

80. Administrador (PF) - 2014

Julgue o item subsecutivo, relativo aos agentes públicos e à ética no serviço público.

